

Paulo Drumond Braga

Escola Superior de Educação de Almeida Garrett, Lisboa

Leopoldina de Habsburgo, rainha de Portugal

Resumo

Além de imperatriz do Brasil, Leopoldina de Habsburgo (1797-1826) foi rainha de Portugal. De facto, seu marido, o imperador D. Pedro I do Brasil, tornou-se, em 1826, rei de Portugal com o nome de Pedro IV. Neste texto pretende estudar-se com o merecido pormenor essa faceta esquecida de uma das mais interessantes figuras femininas do primeiro quartel do século XIX.

Abstract

Leopoldine of Habsburg (1797-1826) was queen of Portugal as well as Empress of Brazil. In fact, her husband, the Emperor D. Pedro I of Brazil, rose to the throne of Portugal in 1826 as D. Pedro IV. This paper presents a detailed analysis of that forgotten facet of one of the most interesting female figures of the early 19th century.

I

Maria Carolina Josefa Leopoldina nasceu em Viena, no palácio de Schönbrunn, em 22 de Janeiro de 1797¹. Era filha de Francisco I, último sacro imperador romano germânico e primeiro imperador da Áustria, e de sua segun-

¹ Sobre D. Leopoldina, o melhor trabalho é o de Carlos H. Oberacker Junior, *A Imperatriz Leopoldina. Sua Vida e sua Época. Ensaio de uma Biografia*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1973. Consultem-se ainda Francisco da Fonseca Benevides, *Rainhas de Portugal. Estudo Histórico*, tomo II, Lisboa, Castro Irmão, 1879, pp. 248-256; Amílcar Salgado dos Santos, *A Imperatriz Leopoldina (mãe do Imperador D. Pedro II)*, São Paulo, Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1927; Luiz Norton, *A Corte de Portugal no Brasil. Notas, Documentos Diplomáticos e Cartas da Imperatriz Leopoldina*, 2.^a edição, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s. d.; *D. Pedro I e Dona Leopoldina perante a História. Vultos e Factos da Independência*, São Paulo, Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, 1972; *200 Anos: Imperatriz Leopoldina. Realizações do Simpósio Comemorativo do Bicentenário do Nascimento da Imperatriz Leopoldina*, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997; Johanna Prantner, *Imperatriz Leopoldina do Brasil. A Contribuição da Casa Habsburgo-Lothringen e da Cultura Austríaca ao Desenvolvimento do Brasil durante a Monarquia no Século XIX*, tradução, 2.^a edição, Petrópolis, Vozes, 1998.

da mulher, Maria Teresa das Duas Sicílias. Teve alguns outros parentes famosos, como a tia-avó, Maria Antonieta, que casou com Luís XVI, rei de França, e a irmã Maria Luísa, segunda mulher de Napoleão I.

A sua infância ocorreu numa difícil conjuntura política europeia: o pai, derrotado por Napoleão na campanha da Itália (1796-1797), fora obrigado a assinar a paz. Mas, em 1799, entrava na segunda coligação contra a França, conseguindo expulsar os exércitos napoleónicos da Itália. Em 1805, era novamente derrotado pelo agora imperador dos Franceses na batalha de Austerlitz, desmoronando-se o velho Sacro Império Romano-Germânico. Enquanto Napoleão somava vitórias na Europa, a Inglaterra arrastava a Áustria para uma outra coligação europeia, que veio a acarretar nova derrota (1809), vendo-se o imperador obrigado a casar uma das filhas, Maria Luísa, com Napoleão (1810). Mas, a partir de 1813, a Áustria esteve empenhada a sério na derrota definitiva de Bonaparte, conseguida em 1815.

Num novo cenário, em 1816, vislumbrou-se a hipótese de desposar Leopoldina com o príncipe herdeiro do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Esta bizarra entidade política havia sido criada em 1815, como resultado da presença, desde 1808, da sede da monarquia portuguesa numa colónia americana, o Brasil, facto inédito na história europeia. O então príncipe regente D. João, futuro rei D. João VI², deixara Lisboa rumo ao Rio de Janeiro fugindo às invasões napoleónicas. Quando Bonaparte foi definitivamente derrotado e se rearrumou o mapa político europeu, nada parecia indiciar o regresso da corte a Lisboa, tanto mais que o Brasil havia sido elevado à categoria de reino, em 1815. Em 1816, morreu a velha rainha louca, D. Maria I, e seu filho cingiu enfim a Coroa³. Como preocupação familiar, surgiu o casamento do agora príncipe herdeiro – príncipe real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e duque

² Sobre D. João VI, leiam-se Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, 3.^a edição, Rio de Janeiro, Topbooks, 1996; Ângelo Pereira, *D. João VI, Príncipe e Rei*, 4 vols., Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1953-1958; *D. João VI e o seu Tempo. Exposição*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999; *Anais do Seminário Internacional D. João VI um Rei aclamado na América*, Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2000.

³ Sobre a estada da corte no Rio de Janeiro, vejam-se Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil* [...]; Luiz Norton, *A Corte de Portugal no Brasil* [...]; *O Império Luso-Brasileiro. 1750-1822*, coordenação de Maria Beatriz Nizza da Silva (= *Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. VIII), Lisboa, Estampa, 1986; Maria Beatriz Nizza da Silva, *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977; id., “D. João no Brasil (1808-1821)”, in *D. João VI e o seu Tempo. Exposição* [...], pp. 374-389; Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Humberto Fernandes Machado, *O Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999; Iara Lis Carvalho Souza, *Pátria Coroada. O Brasil como Corpo Político Autônomo. 1780-1831*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999; *Anais do Seminário Internacional D. João VI um Rei aclamado na América* [...]; Jurandir Malerba, *A Corte no Exílio. Civilização e Poder no Brasil às Vésperas da Independência (1808 a 1821)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000; Kirsten Schultz, *Tropical Versailles. Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro. 1808-1821*, Nova York, Londres, Routledge, 2001.

de Bragança⁴ –, D. Pedro de Alcântara⁵. O casamento teria, preferencialmente, de ser feito com uma das casas reais europeias vencedoras de Napoleão. A Áustria surgiu como hipótese, representando o enlace com Maria Carolina Josefa Leopoldina um triunfo das diplomacias de Francisco I (talvez seria melhor dizer, do célebre chanceler Metternich) e de D. João VI.

As negociações foram levadas a cabo pelo marquês de Marialva. O contrato de casamento foi assinado em Viena em 28 de Novembro de 1816 e ratificado no Rio de Janeiro em 14 de Maio de 1817⁶. Os desposórios ocorreram em 18 de Março desse ano. O casamento, por procuração, deu-se em Viena em 13 de Maio, “augmentando a gloria de tão feliz consorcio o esplendor que tão ditoso dia já tinha, como anniversario do nosso amabilissimo Soberano, o Senhor D. João VI, que Deos conserve”, no dizer da *Gazeta de Lisboa*⁷. O noivo, ausente, foi representado pelo arquiduque Carlos, tio paterno da noiva. No dia 3 de Junho, a princesa partiu para Livorno, e ali foi entregue, em 12 de Agosto, pelo representante do pai, Metternich, ao representante do sogro, o marquês de Castelo Melhor. No dia seguinte, D. Leopoldina embarcou na nau *D. João VI*, que zarpou a 14, rumo ao Rio de Janeiro. No Brasil, como era costume e seria de esperar⁸, multiplicavam-se as manifestações de júbilo, com repiques de sinos,

⁴ Em 9 de Janeiro de 1817, D. João VI decidiu que seria doravante esse o título dos herdeiros da Coroa portuguesa, desaparecendo o de príncipe do Brasil, usado desde 1645. Já o filho do príncipe herdeiro continuava a ser príncipe da Beira, conforme determinara D. João V em 1734. Cfr. *Gazeta de Lisboa*, n.º 145, 21 de Junho de 1817; *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 18, 1 de Março de 1817.

⁵ Sobre esta figura, cfr. Alberto Rangel, *D. Pedro I e a Marquesa de Santos à vista de Cartas Íntimas e de outros Documentos Públicos e Particulares*, Rio de Janeiro, Francisco Álvares, 1916; Silva Tavares, *Vida Amorosa de D. Pedro IV (Inês de Castro e a Marquês de Santos)*, Lisboa, Clássica, 1934; Sérgio Corrêa da Costa, *As Quatro Corôas de D. Pedro I*, s.l., s.n., 1941; Pedro Calmon, *Vida de D. Pedro I o Rei Cavaleiro*, 3.ª edição, aumentada e ilustrada, Porto, Lello & Irmão, 1952; Octávio Tarquínio de Sousa, *A Vida de D. Pedro I*, 3 vols., Rio de Janeiro, José Olympio, 1952; Denyse Dalbhan, *Dom Pedro Empereur du Brésil Roi de Portugal. 1798-1834*, Paris, Plon, 1959; Neil Macaulay, *Dom Pedro I. A Luta pela Liberdade no Brasil e em Portugal (1798-1834)*, Rio de Janeiro, Record, 1986; *D. Pedro d' Alcântara de Bragança. 1798-1834. Imperador do Brasil. Rei de Portugal. Um Vida dois Mundos uma História. Exposição*, [Lisboa], Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria de Estado da Cultura, [Brasília], Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Cultura, 1987; Braz A. A. Brancato, *Don Pedro I de Brasil, posible Rey de España (una Conspiración Liberal)*, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999; *D. Pedro, Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo. Actas do Congresso Internacional*, 2 vols., Porto, Universidade do Porto, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2002; Luís A. de Oliveira Ramos, *D. Pedro, Imperador e Rei. Experiências de um Príncipe (1798-1834)*, Lisboa, INAPA, 2002.

⁶ Para todos estes eventos, incluindo o itinerário da princesa, bem como os festejos ocorridos no Rio de Janeiro, continua a ser preferível a consulta da *Gazeta de Lisboa e da Gazeta do Rio de Janeiro*. Lê-se ainda com algum proveito a obra de Luís Gonçalves dos Santos, *Memórias para servir a Historia do Reino do Brazil, dividida em tres Epocas da Felicidade, Honra, e Gloria*, tomo II, Lisboa, Impressão Régia, 1825, pp. 131-135, 138-145, *passim*. Elementos de interesse foram ainda revelados por José de Castro, “Casamentos de D. Pedro I e D. Pedro II, imperadores do Brasil”, in *Congresso do Mundo Português. Publicações*, vol. XVI, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, pp. 149-161.

⁷ *Gazeta de Lisboa*, n.º 138, de 13 de Junho de 1817.

⁸ Celebravam-se nascimentos e casamentos de pessoas reais e principescas, bem como subidas ao trono e recuperações de doenças e lamentavam-se falecimentos. Cfr., apenas a título de exemplo, Joa-

salvas de artilharia e luminárias. Entretanto, a princesa tocou pela primeira vez território português, concretamente a ilha da Madeira, em 11 de Setembro, partindo dois dias depois.

D. Leopoldina desembarcou no Rio de Janeiro no dia 5 de Novembro. A 6, realizaram-se os desposórios na capela real. Proferiu oração gratulatória D. Luís António Carlos Furtado de Mendonça, deão da sé de Braga, que a certa altura disse: “A grande reputação do alto Merecimento da Serenissima Princeza, desde muito tempo precedeu á sua chegada, e desde logo, assim como fazia o mais interessante objecto da nossa expectação, era tambem o mais vivo estímulo da nossa curiosidade. Chegou: e a nossa expectação foi mais, do que preenchida; a nossa curiosidade, ao mesmo tempo, que se satisfaz com o gosto de a ver, se torna ávida de nova satisfação; o prazer não póde dissimular-se, nem exprimir-se. Ninguém he tão senhor dos seus affectos, que veja os Augustos Esposos, e possa prescindir de amallos; e cada hum de nós, adora a escolha do Ceo, na acertada escolha, que o nosso Soberano fez de tão amavel Princeza, para dornar o thálamo do Principe Real; e o nosso Soberano, jamais se mostou tão parecida imagem de Deos por Quem Reina, como no momento, em que representando-se Lugar Tenente de hum Deos, Remunerador da Virtude, chama para seu Throno huma Princeza, que já principia a merecer os Altares”⁹.

quim Jaime B. Ferreira-Alves, “A festa barroca no Porto ao serviço da família real na segunda metade do século XVIII. Subsídios para o seu estudo”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. V, Porto, Universidade do Porto, 1988, pp. 9-68; id., “A festa da vida, a festa da morte e a festa da glória: três exemplos em 1793”, *Poligrafia*, n.º 2, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1993, pp. 103-142; id., “Os festejos no Porto pelo nascimento do infante D. António Pio (1795)”, *Poligrafia*, n.º 4, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1995, pp. 89-131; id., “Festejos pelo nascimento da infanta D. Maria Isabel Francisca de Bragança e Bourbon (1797)”, *Genealogia & Heráldica*, n.º 4, Porto, Universidade Moderna do Porto, Julho-Dezembro de 2000, pp. 135-147; id., “Cerimónias fúnebres no Porto por D. José (1761-1788), príncipe do Brasil”, *Genealogia & Heráldica*, n.º 5/6, tomo I, Porto, Universidade Moderna do Porto, 2001, pp. 471-495; id., “Cerimónias fúnebres por D. Pedro III (1786)”, in *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, vol. I, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2001, pp. 441-455; No 2.º *Centenário da Morte do Príncipe D. José (1761-1788). Exposição*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, 1988, pp. 71-95; Paulo Drumond Braga, “Comportamentos colectivos perante a doença régia em Portugal em meados do século XVIII”, in *Anastácio da Cunha. 1744/1787. O Matemático e o Poeta. Actas do Colóquio Internacional seguidas de uma Antologia de Textos*, [Lisboa], Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, pp. 261-279; id., “A doença de D. João V como tema de oratória barroca: o problema da ‘cura’”, in *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*, vol. I, Porto, Reitoria da Universidade do Porto, Governo Civil do Porto, 1991, pp. 167-175; id., “Preces públicas no Reino pela saúde de D. Maria I (1792)”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. XI, Porto, Universidade do Porto, 1994, pp. pp. 215-225; João Pedro Ferro e Manuela Rego, “D. João V e a lisonja”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, vol. 6, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1992-1993, pp. 161-173; Sara Marques Pereira, *D. Carlota Joaquina e os “Espelhos de Clio”. Actuação Política e Figurações Historiográficas*, Lisboa, Horizonte, 1999, pp. 221-240; Paulo de Assunção, “D. Maria I – a mulher: entre a piedade e o poder”, *Faces de Eva*, n.º 7, Lisboa, Colibri, 2002, pp. 83-102.

⁹ D. Luís António Carlos Furtado de Mendonça, *Oração Gratulatória recitada na Solemne Acção de Graças que El-Rey N. S. Fez celebrar na Capela Real do Rio de Janeiro pelos Desposorios do Serenissimo Principe Real o Senhor D. Pedro de Alcantara Francisco Antonio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim Joze Gonzaga Pascoal Cipriano Serafino com a Serenissima Princeza a Senhora D. Maria Leopoldina Carolina Josefa [...]*, Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1818, pp. 8-9.

Mas os festejos iriam ser muitos mais. Perante toda a corte, no palácio da Quinta da Boa Vista, D. Pedro e duas das suas irmãs, Maria Teresa e Isabel Maria, cantaram árias diversas. No teatro do Rio de Janeiro foi representado o drama *Augurio di felicitá, il triunfo del amore*, composta para o efeito pelo maestro Marcos Portugal. D. João VI concedeu vários perdões gerais, como era habitual, e as costumeiras recepções na Boa Vista, realizadas a propósito de aniversários ou de festas onomásticas das figuras reais, passaram a contar com a presença de D. Leopoldina. Aliás, a 15 de Novembro de 1817 realizou-se a festa onomástica da própria princesa¹⁰ e a 22 de Janeiro de 1818 o seu aniversário natalício, celebrado com corridas de touros, danças diversas e fogo de artifício¹¹.

A hora era de felicidade geral. Para além do consórcio, D. João VI acabara de conseguir ocupar Montevideu (o que levaria à integração da Banda Oriental do Rio da Plata, actual Uruguai, no Reino Unido, em 1821) e de triunfar sobre os republicanos revoltados de Pernambuco. Uma sombra surgia, todavia, na longínqua Lisboa, com a conspiração de Gomes Freire, mas ainda assim, a mesma fracassara. Em 1818, como que simbolizando todos os triunfos, D. João VI foi solenemente aclamado rei no Rio de Janeiro. Pela primeira vez um monarca era entronizado na América.

De 1819 a 1825, D. Leopoldina deu à luz quase um filho por ano: Maria da Glória (1819), João Carlos (1821), Januária (1822), Paula Mariana (1823), Francisca Carolina (1824) e Pedro (1825). Reinariam a primeira, como D. Maria II de Portugal e o derradeiro, como D. Pedro II do Brasil. Entre o primeiro e o segundo filhos, a então princesa real teve um aborto espontâneo (Abril de 1820), situação que se veio a repetir em Dezembro de 1826¹².

Tornada mulher do príncipe herdeiro do Reino Unido de Portugal, Brasil e

¹⁰ *Gazeta de Lisboa*, n.º 50, de 27 de Fevereiro de 1818; *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 93, de 19 de Novembro de 1817.

¹¹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 106, de 6 de Maio de 1818 e n.º 111, de 12 de Maio de 1818. Tais festas repetir-se-iam, como é óbvio, nos anos seguintes. Cfr., apenas a título de exemplo, *Gazeta de Lisboa*, n.º 35, de 10 de Fevereiro de 1820 e n.º 118, de 19 de Maio de 1820. Enquadrem-se nos estudos de Maria Beatriz Nizza da Silva, “O sagrado e o profano nas festas do Brasil colonial”, in *A Festa. Comunicações apresentadas ao VIII Congresso Internacional*, vol. I, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Universitária Editora, 1992, pp. 159-172; Cecília Maria Westphalen e Altiva Pilatti Balhana, “Festas na capitania de São Paulo. 1710-1822”, in *ibid.*, pp. 95-114; Isabel Mayer Godinho Mendonça, “Festas e arte efêmera em honra da família real portuguesa no Brasil colonial”, in *Arte Efêmera em Portugal. [Catálogo da Exposição]*, [Lisboa], Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 301-320; José Ramos Tinhorão, *As Festas no Brasil Colonial*, São Paulo, Editora 34, 2000, não esquecendo alguns trabalhos citados na nota 3.

¹² Dos seis filhos, dois morreram na infância: João Carlos (com menos de um ano de idade) e Paula (com 10 anos). Quanto a Januária, casou com o conde de Áquila, Luís Carlos, filho do rei Francisco I das Duas Sicílias, vindo a morrer em 1901. Já Francisca desposou um filho de Luís Filipe de Orléans, rei dos Franceses, Francisco, príncipe de Joinville, tendo falecido em 1898. Para tudo isto, cfr. Carlos H. Oberacker Junior, *A Imperatriz Leopoldina* [...], p. 465. Vários livros falam de um outro filho de Pedro e Leopoldina, chamado Miguel, entre Maria da Glória e João Carlos, mas a verdade é que as fontes nada dizem sobre o assunto.

Algarves, D. Leopoldina depressa se viu envolvida num rápido e enriquecedor desenrolar de acontecimentos¹³. Pressionado pela revolução liberal portuguesa de 1820, D. João VI regressou a Lisboa no ano seguinte, deixando D. Pedro no Brasil, com o título de regente. Obviamente, Leopoldina permaneceu junto ao marido e filhos, tanto mais que o decreto do sogro, ao instituir a regência, previa que substituísse D. Pedro, em caso da morte deste. Mas as Cortes Constituintes portuguesas exigiam o regresso do Brasil à condição de colónia, o que precipitou os acontecimentos: a independência foi proclamada pelo próprio príncipe, no dia 7 de Setembro de 1822. Em 12 de Outubro, foi aclamado imperador do novo país sul-americano, com o nome de D. Pedro I, tendo sido coroado no dia 1 de Dezembro. D. Leopoldina tornou-se, assim, a primeira imperatriz do Brasil. De resto, o seu papel no processo secessionista não foi de somenos importância, sendo os historiadores unânimes em lhe reconhecer, na galeria dos patriarcas da independência, um lugar comparável ao de José Bonifácio de Andrada e Silva.

Portugal só reconheceu a separação da antiga colónia em 1825. D. João VI passou a partilhar com o filho o título de imperador do Brasil e, na ocasião, reconheceu que o mesmo era o seu legítimo herdeiro como rei de Portugal. O soberano morreu em 10 de Março de 1826 e, conforme era esperado, D. Pedro foi reconhecido como legítimo herdeiro pela regência, presidida por sua irmã, a infanta D. Isabel Maria, dez dias depois. As notícias chegaram ao Brasil em 24 de Abril. D. Pedro outorgou a Portugal uma Carta Constitucional (29 de Abril) e abdicou a coroa portuguesa em sua filha Maria da Glória (2 de Maio), com duas condições: a de Portugal jurar a Carta (o que aconteceu em 31 de Julho) e a de a indigitada rainha se casar com o tio paterno, o infante D. Miguel, que seria regente do reino até a mulher completar 18 anos (condição que nunca se efectivou). Mas o imperador do Brasil continuou, formalmente, rei de Portugal, até uma segunda abdicção, esta incondicional e, ao que parece, feita por

¹³ A bibliografia sobre a independência do Brasil é vastíssima. Vejam-se, apenas a título de exemplo, para além do que já foi citado na nota 3, Oliveira Lima, *O Movimento da Independência. 1821-1822*, São Paulo, Melhoramentos, 1922; Tobias Monteiro, *História do Império. A Elaboração da Independência*, Rio de Janeiro, F. Brigniet, 1927; Maria Beatriz Nizza da Silva, *Movimento Constitucional e Separatismo no Brasil (1821-1823)*, Lisboa, Horizonte, 1988; Maria Cândida Proença, *A Independência do Brasil. Relações Externas de Portugal. 1808/1825*, Lisboa, Horizonte, 1987; id., *A Independência do Brasil*, Lisboa, Colibri, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999; António Pedro Vicente, “La independencia de Brasil”, in *Iberoamérica, una Comunidad*, direcção Enrique M. Barba, José Manuel Pérez Prendes, Arturo Uslar Pietri, Joaquim Veríssimo Serrão e Silvío Zavala, tomo 2, Madrid, Cultura Hispánica, 1989, pp. 521-536; Paulo Frederico Ferreira Gonçalves, *As Cortes Constituintes (1821-1822) e a Independência do Brasil*, dissertação de Mestrado em História Ibero-Americana apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique, exemplar mimeografado, Porto, 1997; Valentim Alexandre, “O processo de independência do Brasil”, in *História da Expansão Portuguesa*, direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, vol. IV (*Do Brasil para África. 1808-1930*), Lisboa, Temas & Debates, 2000, pp. 10-45.

pressão da Inglaterra, em 3 de Março de 1828. Só então se pode considerar, em rigor, encerrado o reinado de D. Pedro IV¹⁴.

D. Leopoldina morreu, entretanto, em 11 de Dezembro de 1826, após um aborto, ocorrido na noite de 1 para 2 do mesmo mês, a que se seguiu um estado quase permanente de delírio. D. Pedro estava ausente devido à infundável guerra do Uruguai. A imperatriz padecia há já algum tempo de “melancolia”, que os especialistas dos nossos dias talvez classificassem como depressão, a que não seriam estranhas as permanentes infidelidades conjugais do marido, das quais avultava a ligação com a famosa Domitila de Castro do Canto e Melo, feita viscondessa e depois marquesa de Santos e introduzida na corte como aia de D. Leopoldina. Três dias antes de falecer, a imperatriz ditara para uma das irmãs palavras desesperadas, que constituíam, ao mesmo tempo, uma síntese da sua mais recente vida de casada: “A quase quatro annos minha adorada Mana como Vos tenho escrito que por amor de um monstro Seductor me vejo redozida ao estado da maior escravidão e totalmente esquecida do meu adorado Pedro”¹⁵.

Sepultada no convento da Ajuda, no Rio de Janeiro, foi trasladada, no primeiro centenário da independência do Brasil (1922), para o de Santo António, na mesma cidade. Os seus restos mortais acham-se hoje, desde 1954, na cripta do monumento à independência, no Ipiranga (São Paulo), perto dos de seu marido, que se lhes juntou por dádiva de Portugal, em 1972.

II

No curto espaço de tempo que vai de 10 de Março de 1826 à sua morte, ou seja, durante cerca de nove meses, D. Leopoldina foi rainha de Portugal. Antes disso, entre o seu casamento e a independência do Brasil, foi princesa do Reino Unido. Estes factos, sobretudo o segundo, por vezes são esquecidos nas obras de história de Portugal. É certo que Fonseca Benevides, no já longínquo ano de 1879, lhe dedicou um capítulo do seu livro mais famoso, *Rainhas de Portugal*, mas também é verdade que fez o mesmo em relação a outras figuras femininas que nunca foram, nem de perto nem de longe, rainhas de Portugal, tais são os casos de Amélia de Leuchtenberg, segunda mulher de D. Pedro IV, ou até mesmo, pasme-se, das três primeiras mulheres de Filipe II de Espanha, Maria de Portugal, Maria Tudor e Isabel de Valois, falecidas muito antes de 1580¹⁶. Por outro lado, obras como a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, a *Enciclopédia Verbo*, ou até mesmo o *Dicionário de História de Portugal*,

¹⁴ Sobre todos estes eventos, pode hoje consultar-se com grande proveito a excelente síntese de A. H. de Oliveira Marques, “A conjuntura”, in *Portugal e a Instauração do Liberalismo*, coordenação de A. H. de Oliveira Marques (= *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. IX), Lisboa, Presença, 2002, pp. 566-576, *passim*.

¹⁵ Carlos H. Oberacker Junior, *A Imperatriz Leopoldina* [...], p. 471. Este livro fornece, a pp. 424-451, grande soma de pormenores sobre a doença e a morte da primeira mulher de D. Pedro I.

¹⁶ Francisco da Fonseca Benevides, *Rainhas de Portugal* [...].

omitem que foi rainha de Portugal¹⁷. Olhar com o merecido pormenor esta face-ta esquecida de D. Leopoldina – princesa do Reino Unido e rainha de Portugal – , é o objectivo do presente artigo.

O primeiro conjunto de acontecimentos digno de registo diz respeito à passagem de D. Leopoldina pela ilha da Madeira. Logo em Junho de 1817, a vereação deliberou mandar fazer “todas as demonstraçoens possíveis de jubilo”, pedindo para tal um empréstimo à Junta da Real Fazenda, já que os gastos efectuados aquando das exéquias de D. Maria I e da aclamação de D. João VI haviam deixado os cofres concelhios incapazes de responder às exigências das circunstâncias. Foi feito um cais de madeira para a princesa desembarcar e preparou-se o palácio de São Lourenço para a receber condignamente. A estada de D. Leopoldina decorreu de 11 a 13 de Setembro. Houve *te deum* na sé e a princesa visitou algumas igrejas e quintas da ilha e fez diversas esmolas¹⁸.

Já depois da chegada da mulher do príncipe real ao Rio de Janeiro, Portugal comemorou, como seria de esperar, o enlace: em 29 e 30 de Novembro e em 1 de Dezembro de 1817, o teatro da Rua dos Condes, em Lisboa, apresentou o drama *Hymeneu*, de Joaquim António Marques, a comédia *O Ministro de Honra*, a dança *Ventumno e Pamona* e a farsa *Criada Sagaz*. Durante a apresentação do *Hymeneu*, sugeriram, a certa altura, no palco as efígies de D. Pedro e D. Leopoldina. No teatro de São Carlos, nas noites de 15, 16 e 17 de Dezembro, deu-se o drama *Adelina* e a dança *Peruvianos*¹⁹. Nessa mesma ocasião, o teatro mandou imprimir e distribuir um soneto, no qual, pela boca do anónimo autor, a deusa Vénus recomendava a seu filho Cupido o “par gentil”, “os dois por quem a Fama alegre sôa”, acrescentando, a concluir: “Que da sua união se esquece a Morte;/ Que em quanto a Inveja se ralla/ Dos Deoses o maior lhe doira a sorte”²⁰.

A 22 de Janeiro de 1818, dia dos anos de D. Leopoldina, houve gala no teatro do Porto, representando-se, sob o olhar dos retratos do príncipe e de sua mulher, uma comédia em verso, *Griselda ou a Rainha Pastora*, e uma farsa, *O Castanheira*.²¹ Celebrações diversas ocorreram noutros pontos do reino de

¹⁷ “Maria Leopoldina (D.)”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVI, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s. d., p. 334; Lúcia M. Ruas Gaspar, “Leopoldina (Dona)”, in *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XI, Lisboa, Verbo, 1971, colunas 1785-1786; “Maria Leopoldina (D.)”, in *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, [2.ª edição], vol. IV, Porto, Figueirinhas, 1981, p. 185.

¹⁸ Alberto Artur Sarmento, *A Princesa do Reino-Unido Portugal-Brasil na Ilha da Madeira em 1817*, Funchal, s.n., 1943.

¹⁹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 13, de 15 de Janeiro de 1818.

²⁰ Soneto, que a Sociedade do Real Theatro de S. Carlos, e Rua dos Condes, distribuiu nos dias 15, 16 e 17 de Dezembro de 1817, na occasião de festejar os Fautissimos Desposorios dos Principes Reaes, o Serenissimo Senhor D. Pedro de Alcantara, Principe Real do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, e a Serenissima Senhora D. Leopoldina Carolina Josefa, filha do Imperador da Austria, Rei da Ungria, e da Bohemia, [Lisboa], s.n., [1817].

Portugal: em Silves, por exemplo, o juíz de fora e presidente da câmara mandou colocar luminárias e solicitou ao prior da antiga sé que houvesse *te deum*. Para concluir os festejos, deu “hum grande jantar”, seguido de chá e depois de baile, “que durou a maior parte da noite, onde reinava a alegria, e ao mesmo tempo a maior decencia, e compostura”²².

Como era habitual, produziram-se textos literários alusivos ao enlace e à figura da nova princesa. Um deles, *A Alegria dos Pastores do Tejo* [...], foi composto sob a forma de diálogo entre seis personagens, todos pastores do Tejo, que celebravam o evento. A nova princesa era louvada como “bella Esposa”, dizendo-se: “Tendes Carolina / Tantas perfeições, / Para cativar / Nossos corações”. O desejo do regresso a Lisboa da corte é manifesto, esperando-se agora de Leopoldina essa desiderato: “Vós tudo podeis / Princeza clemente! / Viver entre nós / Vinde brevemente”²³.

Um outro texto, *Epithalamio nas Faustissimas Nupcias de Sua Alteza Real* [...], salienta o facto de o enlace se ter realizado com a filha de um dos vencedores de Napoleão, “grande Heroe, que a Europa ufana / Tanto respeita d’Austria sobre o throno”. Quanto a Leopoldina, “Formosura, Saber, Virtude encantão / Quantos contemplão seu affavel rosto”. O casal formava “Lindo Par! Encantado o Luso Atlante, / Em seus olhos Reaes o prazer brilha! / Vossa Prole será, ó Par sagrado, / Feliz e respeitada até do Fado”²⁴.

Ainda em 1818, saíam uns *Versos às Faustissimas Nupcias de S. A. o Príncipe Real* [...]. Fica a saber-se que o seu autor, estudante de Medicina na Universidade de Coimbra, os recitou na sala dos actos solenes da *alma mater*, perante o bispo de Coimbra, igualmente reitor e reformador do estudo, nas festas realizadas em honra do enlace. Uma vez mais se celebrava a beleza da noiva (“A Bella Esposa, a mais brilhante Rosa / De quantos o Danubio tem regado /”) e se augurava aos noivos um bom futuro (“Nem Peleo, se de Tethis foi Consorte, / Vale mais do que Pedro e Leopoldina”)²⁵.

²¹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 32, de 6 de Fevereiro de 1818.

²² *Relação das Festas, que na Cidade de Silves no Algarve, se fizeram pela noticia do Consorcio de S. A. o Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, com a Serenissima Senhora Archiduqueza Carolina Josefa Leopoldina*, Lisboa, Viúva Neves e Filhos, 1818.

²³ António Inocêncio Barbuda, *A Alegria dos Pastores do Tejo, pelo fausto motivo de se terem desposado na Corte do Rio de Janeiro, S. A. R. o Serenissimo Senhor D. Pedro de Alcantara, Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, com a Serenissima Senhora D. Carolina Josefa Leopoldina, filha de S. M. I. R.* [...], Lisboa, Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho, 1818.

²⁴ Joaquim José Pedro Lopes, *Epithalamio nas Faustissimas Nupcias de Sua Alteza Real o Serenissimo Senhor D. Pedro de Alcantara, Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, com a Serenissima Senhora D. Carolina Josefa Leopoldina, filha de S. M. I. R. e A. Francisco II, Imperador d’ Austria, Rei da Hungria, e Bohemia* [...], Lisboa, Imprensa Régia, 1818.

²⁵ José Pinto Rebelo de Carvalho, *Versos às Faustissimas Nupcias de S. A. o Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarve, o Serenissimo Senhor D. Pedro de Alcantara, com a Serenissima Senhora D. Leopoldina Carolina Josefa, arquiduqueza d’ Austria* [...], Lisboa, Imprensa Régia, 1818.

Surgiu ainda dos prelos um *Soneto offerecido a Sua Alteza Real a Senhora D. Leopoldina* [...], que, textualmente, reza o seguinte:

“Respira, Portugal, vive contente;
Porque o Ceo de ti nunca se esquece:
Na Princeza, que nos deo, bem se conhece,
Que te abençoa a Mão Omnipotente.

C’o a Sucessão, que se espera felizmente,
Toda a Nação se alegra, e desvanece;
Correndo dourado véo, já me parece,
Quanto auguro se observa realmente.
Na harmonia excede o proprio gosto,
Na sciencia estou bem persuadido,
Que he impossivel ser Ente supposto.

Na belleza não sou encarecido;
Pois havendo dous Soes em o seu Rosto,
Nisso mesmo ao Ceu tem excedido”²⁶.

Em 1819, Portugal celebrou o nascimento de D. Maria da Glória, princesa da Beira, primeiro fruto do enlace de D. Pedro com D. Leopoldina, a “feliz fecundidade de Sua Alteza Real”, no dizer da *Gazeta de Lisboa*.²⁷ O senado da câmara ordenou festejos em Lisboa, nos dias 28 a 30 de Julho de 1819²⁸. Algo de não muito diferente ocorreu noutras cidades e vilas portuguesas²⁹. Em Santarém, a veia poética de alguém produziu uma quadra que rezava o seguinte: “Nynfas do Téjo, / vinde louvar / de Leopoldina / fructo sem par”³⁰.

Foi publicado *O Jubilo dos Pastores de Ulisseia* [...], um outro diálogo entre seis personagens, do mesmo autor de *A Alegria dos Pastores do Tejo* [...]. Refere-se que D. Leopoldina “teve huma Menina / Mais formosa do que hum Lince” e acrescenta-se: “Maria he o seu Nome, / Nome grato ao mesmo Deos, / Maria, que jaz no Impiro, / Ou Gloria dos Altos Ceos”. A brochura termina, tal como a de 1818, com um não disfarçado pedido de regresso da família real a Lisboa: “Tudo Vós podeis; / A Regia Menina / Trazei para nós, / Dona Carolina [...]. Vinde Carolina, / Vinde bella Esposa, / Vinde alegrar / A Lisia chorosa!”³¹.

²⁶ Francisco Pedro da Fonseca Anjo Marques Bacalhau Araújo e Amorim, *Soneto Offerecido a Sua Alteza Real a Senhora D. Leopoldina, Princeza do Brazil*, Lisboa, Impressão Régia, 1818.

²⁷ *Gazeta de Lisboa*, n.º 239, de 9 de Outubro de 1819. Sobre o nascimento da futura D. Maria II, cfr. Carlos H. Oberacker Junior, *A Imperatriz Leopoldina* [...], p. 184.

²⁸ *Gazeta de Lisboa*, n.º 180, de 2 de Agosto de 1819.

²⁹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 191, de 14 de Agosto de 1819; n.º 212, de 8 de Setembro de 1819; n.º 233, de 2 de Outubro de 1819; n.º 250, de 22 de Outubro de 1819.

³⁰ *Gazeta de Lisboa*, n.º 250, de 22 de Outubro de 1819.

³¹ António Inocêncio Barbuda, *O Jubilo dos Pastores de Ulissea no Fautissimo Nascimento da Serenissima Senhora Princeza da Beira, filha do Muito Alto Senhor Dom Pedro de Alcantara, Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, e da Serenissima Senhora D. Carolina Josefa Leopoldina* [...], Lisboa, Impressão Régia, 1819.

Com os acontecimentos de 1822, toldaram-se as relações entre Portugal e o Brasil. D. João VI, certamente pressionado pelos vintistas, decretou, em 8 de Outubro de 1822, a suspensão dos festejos que habitualmente se faziam no dia do aniversário natalício do herdeiro do trono, agora imperador do Brasil, “até que elle pela sua obediencia ás leis, e Minhas Reaes Ordens, se faça digno do Meu Real e Paternal Agrado”³². Após a Vilafrancada (1823), D. João VI pensou poder reverter o processo independentista, encetando contactos diplomáticos com a antiga colónia. Nesse âmbito, em 18 de Junho de 1823, decretou que regressassem as “demonstrações de alegria, e regojizo, publico com que se solemnizava o Dia do Aniversario do Nascimento do Meu sobre todos Muito Amado e Prezado Filho o Príncipe Real”³³. E, de facto, o dia de anos de D. Pedro – 12 de Outubro –, foi celebrado condignamente em 1823³⁴ e 1825³⁵. Também nesse novo cenário, o aniversário de D. Leopoldina – 22 de Janeiro – voltou igualmente a ser comemorado em Portugal. Assim aconteceu em 1826, com beija-mão no Palácio da Ajuda, salvas no Castelo de São Jorge e embandeiramento de fortalezas e navios de guerra, “como de costume em taes dias de grande gala”³⁶. Entretanto, Portugal ia sabendo, através da *Gazeta de Lisboa*, de eventos diversos relativos à família imperial brasileira, como por exemplo, o nascimento de D. Pedro, futuro imperador do Brasil³⁷ e o seu posterior baptizado³⁸.

Quando, em 1826, o imperador do Brasil se tornou rei de Portugal, com o nome de D. Pedro IV, houve uma ou outra alusão ao facto de D. Leopoldina ser agora rainha de Portugal. Assim, nas festas realizadas a propósito do juramento da Carta Constitucional (31 de Julho e 1 e 2 de Agosto desse ano), o cônsul geral do Brasil em Lisboa, Clemente Alves de Oliveira Mendes e Almeida, colocou no seu palácio das Janelas Verdes um retrato de D. Leopoldina, entre outras figuras. Na Rua dos Fanqueiros, frente ao convento dos Carmelitas Descalços, viu-se “hum retabulo com as Reaes Effigies de S. M. o Sr. D. Pedro IV, e de sua Augusta Esposa, em transparente”. Terão sido as únicas alusões à imperatriz-rainha, nesse cortejo de representações e de hinos, onde se louvaram essencialmente D. Pedro IV, D. Maria II, a infanta D. Isabel Maria e a “Divinal Constituição”³⁹.

³² *Diario do Governo*, n.º 238, de 9 de Outubro de 1822.

³³ *Gazeta de Lisboa*, n.º 147, de 23 de Junho de 1823.

³⁴ *Gazeta de Lisboa*, n.º 242, de 13 de Outubro de 1823.

³⁵ *Gazeta de Lisboa*, n.º 241, de 13 de Outubro de 1825. Não encontrei referências para 1824.

³⁶ *Gazeta de Lisboa*, n.º 20, de 24 de Janeiro de 1826.

³⁷ *Gazeta de Lisboa*, n.º 44, de 21 de Fevereiro de 1826.

³⁸ *Gazeta de Lisboa*, n.º 62, de 14 de Março de 1826. Sobre estes eventos, cfr. Carlos H. Oberacker Junior, *A Imperatriz Leopoldina* [...], p. 399.

³⁹ [José Lucas Cordeiro], *Relação dos Festejos que tiverão lugar em Lisboa nos memoraveis dias 31 de Julho, 1, 2, etc. de Agosto de 1826 por occasião do Juramento prestado à Carta Constitucional, decretada, e dada à Nação Portuguesa pelo Legitimo Rei o Senhor D. Pedro IV Imperador do Brazil*, Lisboa, Tipografia de J. F. M. Campos, 1826, pp. 15 e 17.

D. Leopoldina faleceu em 11 de Dezembro de 1826. Portugal soube-o com o atraso habitual e, ironia quase macabra, chegou a noticiar, em Janeiro de 1827, os anos de quem já estava morto: “Sendo hoje o anniversario de S. M. I. a Senhora Dona Maria Leopoldina, estiverão embandeiradas as Fortalezas, assim como as embarcações de guerra surtas neste porto, solemnizando tão fausto dia com as salvas do costume”⁴⁰. Só em 8 de Março de 1827, quase três meses volvidos sobre o evento, é que a *Gazeta de Lisboa*, tarjada de negro, noticiou a morte da imperatriz do Brasil. Referia que a soubera através de uma escuna portuguesa, a *Providencia*, recém-chegada do Rio de Janeiro. O periódico transcrevia do *Diario Fluminense* os três últimos boletins médicos que relatavam a evolução do estado de saúde de D. Leopoldina⁴¹. Em 10 de Março, informava que a infanta regente, D. Isabel Maria, segundo aviso de dia 9, se iria encerrar durante oito dias, a contar do dia 10, e que decretara luto nacional de seis meses, três rigoroso e outros três aliviado. Os tribunais estariam fechados durante três dias e as torres e fortalezas da marinha lançariam salvas fúnebres. No dia 18 iria receber cumprimentos de condolências no paço⁴². No dia 12 a *Gazeta de Lisboa* repetia o essencial do aviso, acrescentando que, por oito dias, cessariam os espectáculos e divertimentos públicos⁴³. Finalmente, a 23, relatava os cumprimentos da delegação da Câmara dos Pares à infanta regente⁴⁴.

Ainda em 1827, saíu dos prelos da Imprensa Régia portuguesa um texto de homenagem a D. Leopoldina, que fora publicado, ainda no ano anterior, no Brasil, na Imprensa Imperial do Rio de Janeiro. O mesmo terminava com uma nota relatando com algum pormenor a morte da mulher de D. Pedro I⁴⁵.

III

Leopoldina de Habsburgo foi uma mulher culta, bondosa, caritativa, maternal, retraída, nervosa e propensa à depressão. Amando seu marido, tolerava-lhe as constantes infidelidades, se bem que tenha tido dificuldade em aceitar a importância que era dada à marquesa de Santos. Foi ainda uma pessoa dotada de uma apurada sensibilidade política e de um sentido extremo do dever. Tendo sido imperatriz do Brasil e rainha de Portugal foi, indubitavelmente, muito mais brasileira do que portuguesa. Aliás, se exceptuarmos a curtíssima e nada signi-

⁴⁰ *Gazeta de Lisboa*, n.º 44, de 23 de Janeiro de 1827.

⁴¹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 58, de 8 de Março de 1827.

⁴² *Gazeta de Lisboa*, n.º 60, de 10 de Março de 1827. Sobre o luto pelas pessoas reais nesta época, cfr. Paulo Drumond Braga, “A morte”, in *Portugal e a Instauração do Liberalismo* [...], pp. 538-539.

⁴³ *Gazeta de Lisboa*, n.º 61, de 12 de Março de 1827.

⁴⁴ *Gazeta de Lisboa*, n.º 71, de 23 de Março de 1827.

⁴⁵ Anónimo, *Sensibilidade Nacional e Estrangeira; Homenagem à Sempre Saudosa Memoria da Muito Alta e Muito Augusta Senhora D. Leopoldina Carolina Josefa, imperatriz do Brasil, por *** no dia do seu deposito no Convento das Religiosas d’ Ajuda*, Lisboa, Imprensa Régia, 1827.

ficativa estada na ilha da Madeira, na sua viagem entre Livorno e o Rio de Janeiro, em 1817, nunca conheceu solo lusitano. Empenhou-se a fundo, isso sim, na construção do Brasil independente, não tanto por uma particular predilecção por esse espaço, que certamente pouco lhe dizia, mas porque percebeu que essa era a única maneira de salvar as prerrogativas monárquicas, contra o risco revolucionário e republicano. Recorde-se que era oriunda da Áustria, vitoriosa de Napoleão e garante da nova ordem mundial consubstanciada no Congresso de Viena, e que várias vezes lamentou as inclinações liberais de seu marido⁴⁶. Quando a coroa de D. João VI veio, aliás, não inesperadamente, cair sobre a cabeça de D. Pedro, tornando-a rainha de Portugal, não parece ter encarado a sério a hipótese de regressar à Europa, o que equivaleria a fazer tábua rasa de algo que tanto trabalho dera a construir.

A *Gazeta de Lisboa* classificou-a, quando casou, como uma “Augusta Princesa [...] digníssima de presidir aos destinos da magnanima Nação Portuguesa, que tanto préza e tão costumada está a ver brilhar no solio entre todas as virtudes a da Caridade”⁴⁷. Era a mesma mulher que, nas vésperas do grito do Ipiranga, em carta ao pai, chamou a Portugal “traidora Mãe Pátria europeia” e acrescentou que o Brasil “nunca se submeterá ao jugo da Europa”⁴⁸. Anos depois, aquando da sua morte, era a faceta de rainha de Portugal que vinha ao de cima, quando o representante da Câmara dos Pares pedia à infanta D. Isabel Maria que levasse a seu irmão, D. Pedro IV, as condolências pelo desaparecimento de alguém “cujas virtudes serão sempre admiradas, nunca assaz louvadas, e em tempo algum esquecidas”. A regente respondia no mesmo tom: “As virtudes insignes, que adornarão Sua Magestade a Imperatriz Rainha, a Senhora D. Maria Leopoldina, ainda mais do que a sua alta Jerarquia, tornão a todos a sua memoria saudosa; muito avultada parte me cabe na magoa geral da sua falta, e vejo com satisfação que a Camara me acompanha em tão justo sentimento”⁴⁹. Rainha de Portugal, é certo, mas rainha *sui generis* também.

⁴⁶ Uma carta que escreveu a seu marido, nas vésperas da proclamação da independência do Brasil, é reveladora: “Pedro, o Brasil está como um vulcão. Até no paço há revolucionários. Até Portugueses são revolucionários. Até oficiais das tropas são revolucionários. As cortes portuguesas ordenam a vossa partida imediatamente, ameaçam-vos e humilham-vos. O Conselho de Estado aconselha-vos para ficar. Meu coração de mulher e de esposa prevê desgraças, se partirmos agora para Lisboa. Sabemos bem o que têm sofrido nossos pais. O rei e a rainha de Portugal não são mais reis, não governam mais, são governados pelo despotismo das cortes que perseguem e humilham os soberanos a quem devem respeito. [...] O Brasil será em vossas mãos um grande país. O Brasil vos quer para seu monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio ele fará a sua separação. O pomo está maduro, colhei-o já senão apodrece. [...] Ouvi o conselho de vosso ministro, se não quiserdes ouvir o de vossa amiga. Pedro, o momento é o mais importante de vossa vida. Já dissestes aqui o que ireis fazer em São Paulo. Fazei, pois. Tereis o apoio do Brasil inteiro e, contra a vontade do povo brasileiro, os soldados portugueses que aqui estão, nada podem fazer” (*apud* Carlos H. Oberacker Junior, *A Imperatriz Leopoldina* [...], p. 281).

⁴⁷ *Gazeta de Lisboa*, n.º 249, de 11 de Outubro de 1817.

⁴⁸ Luiz Norton, *A Corte de Portugal no Brasil* [...], p. 283.

⁴⁹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 71, de 23 de Março de 1818.